



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

Termo de Requisitos Mínimos para Instrução Processual para Pagamento – TRM Nº 13

Pagamento de Compensação Previdenciária

Base Legal: Capítulo III da Lei nº 4.320/1964, Lei nº 9.796/1999 e Decretos Federais nº 10.188/2019, 13.648/2024 e Resolução CGM 032/2024
Empenho: <input type="text"/>
Ficha: <input type="text"/>
Fonte: <input type="text"/>
Favorecido(s): <input type="text"/>
Valor: <input type="text"/>

1-Os termos aqui requeridos são os mínimos necessários para a correta instrução do processo, não exaurindo a necessidade de instrução processual complementar e nem impeditivo para seu prosseguimento, conforme decisão do Ordenador de Despesas.

2-Havendo a necessidade de mais espaço para preenchimento das informações, elaborar uma Nota Explicativa e anexar a este TRM.

3-Nos casos em que o documento solicitado não for aplicável (N/A – Não Aplicável), justificar no espaço de conclusão ou caso seja necessário, o mesmo poderá ser feito em uma Nota Explicativa, sinalizando o referido item.

Instrução Processual

Requisitos Mínimos		Nº Documento SEI	Pasta
1	Cópia da Lei Federal e Decreto Federal que dispõe sobre a compensação previdenciária	<input type="text"/>	<input type="text"/>
2	Dados bancários da Instituição.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
3	Nota de empenho em nome da Instituição assinada e carimbada pelo Ordenador de Despesas.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
4	Relatório de Fechamento de Compensação Previdenciário assinado e carimbado pelo responsável.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
5	Relação nominal dos segurados emitidos pelo Sistema COMPREV	<input type="text"/>	<input type="text"/>
6	Nota explicativa sobre os valores a serem compensados.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Regularidade fiscal e trabalhista em nome do credor:			
7	7.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida ativa da União.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	7.2 Certidão Negativa de Débitos do Estado de domicílio da empresa.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	7.3 Certidão Negativa de Débitos do Município de domicílio da empresa.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	7.4 Comprovante de inscrição e situação cadastral – Municipal e Estadual.	<input type="text"/>	<input type="text"/>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

7.5	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
7.6	Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
7.7	Comprovante de inscrição do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Conclusão: